

Maria dos Reis, da Faganello: vendas ainda normais

# Sem URP, Brasília deve enfrentar grave crise econômica

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

Às vésperas de seu 28º aniversário, Brasília — com 1,8 milhão de habitantes, um terço dos quais diretamente dependentes dos salários pagos pelo governo federal — vive a perspectiva de uma crise econômica. Os motivos são, de um lado, o corte nos investimentos do governo e, de outro, a suspensão do pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) ao funcionalismo, que terá reduzido, em dois meses, 40% de seu poder de compra.

“As repercussões mais graves da atual política econômica do governo serão sentidas em Brasília, não só no orçamento familiar, mas também na economia do Distrito Federal, já que com a redução das vendas haverá uma diminuição na arrecadação de ICM e ISS”, disse o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, explicando que em Brasília existem, basicamente, funcionários públicos e comerciantes. Não há ainda, no entanto, um estudo sobre os efeitos do fim da URP na economia da Capital Federal. “Estamos solicitando um estudo sobre isso”, afirmou o governador.

O Distrito Federal é composto por duas realidades bastante distintas: nas cidades-satélites, onde vivem 70% da população, concentram-se trabalhadores em empresas de prestação de serviço ou funcionários de nível médio, e renda mais baixa. Em Brasília (plano piloto e os bairros do Lago) vivem aproximadamente 900 mil pessoas que são responsáveis pela emissão de 83 mil dos 150 mil cheques compensados por mês no Distrito Federal. Segundo Nury Andraus, presidente da Associação Comercial do DF, o corte da URP nos salários dessa população “será um desastre”.

Os efeitos das últimas medidas, entretanto, ainda não foram sentidos. O Carrefour do DF, por exemplo — a loja da rede que, em todo o País, apresentou uma das maiores margens de lucro nos últimos três meses —, tem registrado movimento normal, segundo o gerente Celso Ricardo Carvalho Gomes.

O presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos, Raimundo Nonato Cruz, tem uma explicação para o fato: “O servidor público ainda não tomou consciência da redução de seu salário, por isso que ainda não recebeu o pagamento do mês de abril”.

Apesar de ser visível a insatisfação dos funcionários, todos afirmam que ainda não alteraram o padrão de consumo: “Eu não tenho onde cortar”, é a afirmação mais comum.

O fato é que, dentro do próprio funcionalismo, há camadas muito diferenciadas. Segundo dados da secretaria de Administração Pública da Presidência, dos 213 mil funcionários que vivem no DF, 70% recebem salários inferiores a Cz\$ 35 mil. Eles, que em geral moram em cidades-satélites, têm condução gratuita para ir ao serviço, e dispõem de restaurante no próprio ministério ou nos órgãos do governo do Distrito Federal. Não compram roupas em butikues, não frequentam restaurantes, não consomem supérfluos e não têm filhos em escolas particulares. As exceções ficam por conta de funcionários empreendedores, que mantêm seu cargo público mas, paralelamente, montam um negócio próprio. É o caso de Luiz Gonzaga de Moraes, que há três anos tem um restaurante de comidas típicas do Nordeste e Norte do País. Ele é funcionário do Itamaraty, ganha ali Cz\$ 19 mil, e sobrevive com o restaurante que, segundo afirmou, sofreu uma queda no movimento de 40% do início do ano para cá.